

EDITORIAL

Anelise Monteiro do Nascimentoⁱ

Nazareth Saluttoⁱⁱ

Silvia Néli Falcão Barbosaⁱⁱⁱ

*O tempo
troca a roupa
do mundo*

Bartolomeu Campos de Queirós

A proposta de construção do Dossiê **Bebês e Crianças: linguagem, cultura e política** emerge dos encontros, percursos, diálogos, inquietações, sonhos, de três mulheres, professoras que atuam no campo da formação de professores da Educação Infantil.

Passamos boa parte dos últimos vinte anos juntas e, no desdobrar de nossa própria formação, acompanhamos o fortalecimento e a construção da visibilidade da **criança** como sujeito de cultura, seja no plano político-legal, na ampliação da obrigatoriedade escolar a partir dos quatro anos de idade, seja no plano científico-acadêmico que impacta na produção de pesquisas e conhecimentos interdisciplinares.

Por sua vez, a categoria **bebê** vem ganhando expressividade no interior das discussões no campo da Educação em geral, e da Educação Infantil em particular, convocando as pesquisas a articularem campos do conhecimento, na construção do que vem sendo apontado como um conjunto de especificidades que impactam a afirmação de um lugar conceitual para os bebês, tensionando políticas que ratifiquem sua cidadania, o que ainda está em curso lento no sistema brasileiro.

Como categoria epistemológica de investigação, **crianças** e **bebês** emergem como pessoas no interior dos estudos, mas ainda desafiam as pesquisas em Educação por suas formas próprias de ser e estar no mundo e o quanto desse reconhecimento repercute na estrutura social. Ao conceber e organizar este Dossiê, a nossa intenção é colocar a lente sobre as especificidades do modo de ser bebê e do modo de ser criança. Não está posta uma cisão, mas sim a necessidade de continuar em debate aquilo que vem sendo posto pela legislação brasileira nas duas últimas décadas^{iv}, de que o bebê tem especificidades desde o nascimento que o diferenciam do modo de



2020 Bargas; Ayoub; Assaritti, Scarazzatto, Assis. Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença

ser criança. Olhar o bebê a partir do que lhe é peculiar impacta nas práticas, nas pesquisas, nas políticas. Do mesmo modo que é incontornável o olhar que temos hoje para a(s) infância(s) e para a(s) criança(s), que nos alerta sobre nossa responsabilidade e ações, almejamos que nos próximos anos o bebê seja também um debate central na sociedade, nos responsabilizando em conceber um mundo que respeite e favoreça suas interações e modos de construir conhecimentos e constituir-se como pessoa. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil/DCNEI - (Resolução Nº 5, DE 17 DE Dezembro de 2009), as propostas pedagógicas da Educação Infantil devem respeitar princípios éticos, estéticos e políticos, voltando-se para diferentes manifestações artísticas e culturais que considerem a diversidade cultural, religiosa, étnica, econômica e social do país.

Articulando as esferas políticas às estruturais da sociedade, torna-se possível compreender que as condições de vida dos bebês e das crianças estão condicionadas tanto às concepções forjadas sobre esses sujeitos, quanto ao reflexo dessas construções em suas formas de vida, conhecimento. Condições essas que necessitam ser uma aposta da sociedade brasileira.

Quando iniciamos o processo de construção deste material não imaginávamos que nesse curto espaço de tempo, o planeta seria atravessado, e inegociavelmente marcado, por uma Pandemia mortal que acarreta, no presente e no futuro, alterações econômico-sociais que afetam e afetarão modos de viver, de se relacionar, de pensar, de educar, de cuidar.

Se, motivadas pelo compromisso com bebês e crianças iniciamos esse processo, é com profunda consternação que acompanhamos os desdobramentos do avanço e do impacto do novo Corona vírus no cotidiano dessas pessoas que, num país marcado por profunda desigualdade, sofrerão consequências em proporções também desiguais. A pandemia impõe como desafio para a sociedade reinventar relações e redefinir prioridades.

De que modos têm sido conduzidos a repensar do papel da educação, da creche, da pré-escola, da escola, da institucionalização dos bebês e das crianças, no presente contexto? Como estarão vivendo as crianças para as quais a escola, muitas vezes, significa único espaço-tempo de encontro, de uma refeição diária? Qual tem sido e qual será o papel social da escola para os bebês e as crianças? Questões que não são inaugurais, mas ganham relevância nesse contexto ao aprofundarem tensões, concepções e práticas marcadamente presentes no cotidiano de muitas instituições de Educação Infantil.

Diante do desafio de seguirem suas práticas usando a internet como forma de comunicação e contato, algumas instituições evidenciam que a concepção de infância presente em suas propostas pedagógicas ou nas políticas educacionais, não se sustentam na maior parte das iniciativas que agora circulam no mundo virtual. Não pretendemos elencar tais iniciativas, seria covarde, uma vez que a pandemia pegou a todos de surpresa, exigindo conhecimentos, estratégias e suporte para muitos de nós desconhecidas e inacessíveis. Reconhecemos o esforço de instituições e profissionais que buscam manter escolas e relações vivas, ativas, o que merece respeito por parte de todos nós. A discussão que pretendemos levantar é que, além invadir espaço e dinâmicas privadas do ambiente em que vivem professoras, professores e suas famílias, a escola remota escancara na modalidade online atividades e propostas há muito presentes no cotidiano da escola básica pré pandemia. Questões que exigem pensarmos, no campo das políticas, das práticas, das pesquisas, as bases conceituais que vêm orientando a docência com bebês e crianças e, conseqüentemente, para pensarmos a função social da escola básica pós pandemia. As crianças, por sua vez, auxiliam na compreensão de que, para além de lugar de educação, ensino, cuidado, a escola é sobretudo, espaço de relações, como tem sido possível acompanhar em diálogos familiares dos mais diversos: “Eu quero ver a minha professora de verdade, mãe!”, afirma Letícia, de 3 anos (abril de 2020), ao se recusar a participar de um encontro on-line.

Boaventura de Sousa Santos tem defendido que *no sul do mundo* (Américas Central e do Sul, Continente Africano, alguns países asiáticos), a Pandemia do Corona vírus deverá ser mais implacável em decorrência do agravamento do empobrecimento e quadros de vulnerabilidade de suas populações. Entre os mais afetados, o autor destaca *as mulheres, os trabalhadores precários, informais, dito autônomos, os trabalhadores da rua, os sem teto ou população de rua, os moradores nas periferias pobres das cidades, os internados em campos para refugiados, imigrantes indocumentados ou populações deslocadas internamente, os idosos, os deficientes, a população carcerária*. Devemos incluir as populações indígenas e quilombolas que, além de se defrontarem com a Covid 19, veem avançar os violentos e constantes ataques do Estado brasileiro. Diante do assombro a que somos levados, soma-se a indagação: onde estarão, como vivem e viverão bebês e crianças que habitam, como subgrupo, cada um desses contextos? Como serão acolhidas, nas instituições, no coletivo social, narrativas pessoais de perdas, tristezas de adultos e crianças relativas a este período que atravessamos? Qual será o compromisso desta

geração que, comprometida com a pesquisa, com a ética, com a solidariedade, deixará como legado para as próximas gerações? Desejamos que esta publicação auxilie na construção de possíveis respostas.

As páginas que compõem este dossiê só existem porque muitas mãos se dedicaram a elas, por isso deixamos registrado o nosso agradecimento a todas autoras, todos autores, pareceristas, bolsistas que de IC, revisora, tradutora, que contribuíram na construção e materialização desta edição.

Ainda que os desafios sejam pungentes e afetem a pluralidade da produção de sentidos no presente contexto, é com a esperança de que o material aqui reunido some-se às muitas vozes que defendem os direitos das crianças, desde bebês, para que possam viver, conviver, participar de uma sociedade mais plural, diversa, democrática, cidadã. E é com a palavra das crianças que deixamos os leitores seguirem:

Esse corona nos separou, é uma coisa chata, mas depois a gente se encontra de volta

(Raúl Garcia, 5 anos. Abril de 2020).

Referências bibliográficas

QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. **Sem palmeira ou sabiá**. Ilustração: Lelis. 2ª ed. São Paulo: Global, 2018.

QVORTRUP, Jens. **A volta do papel das crianças no contrato geracional**. *Revista Brasileira de Educação* v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Editora Boitempo. São Paulo, 2020. Formato Kindle.

ⁱ Professora do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/IM), Coordenadora do Grupo de Pesquisa Infâncias até os 10 anos (GRUPIS). E-mail: anelise.ufrj@yahoo.com.br Rio de Janeiro/RJ. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4911-8301>

ⁱⁱ Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Departamento Educação, Sociedade e Conhecimento. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Educação, Infância, Bebês e Crianças (GERAR). E-mail: m_n_salutto@id.uff.br Rio de Janeiro/RJ. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8043-595X>

ⁱⁱⁱ Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, Assessora Pedagógica do Centro de Educação Infantil Jabuti, Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Infância Formação e Cultura – INFOC. E-mail: silvianeli@gmail.com Rio de Janeiro/RJ. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1270-9685>

^{iv} A partir da Constituição de 1988, que assume a criança de 0 a 5 anos como sujeito de direitos, e dos debates na área, o bebê começa a ser visto como uma categoria a ser estudada por ele mesmo, com suas especificidades. Isto vem sendo sinalizado na legislação, mostrando a necessidade de que o bebê seja visto em suas singularidades, mas é preciso aguçar o olhar para o bebê a partir dele mesmo, como pessoa e não apenas como consequência de um corte etário (BRASIL, 2006a, BRASIL, 2006b, BRASIL, 2006c, BRASIL, 2009a, BRASIL, 2009a, BRASIL, 2009b, BRASIL, 2009c, BRASIL, 2009d, BRASIL, 20015, BRASIL, 2017). Nas políticas atuais, o termo bebê aparece três vezes nas DCNEIs (BRASIL 2009) e uma vez na BNCC (BRASIL 2017). Nas primeiras diretrizes para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), o termo bebê não estava presente. No entanto, na organização dos dois volumes dos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL 2006a, 2006b) o termo bebê aparece várias vezes, sendo sinalizada a necessidade de uma “especial atenção ao trabalho com bebês” (BRASIL, 2006b, p. 17). Mas os bebês, no que diz respeito às orientações, está sempre designado junto com “crianças bem pequenas”.

Em 2009, no documento que serviu de subsídio (BRASIL, 2009a) para elaboração das novas diretrizes (BRASIL, 2009b) o termo bebê aparece três vezes, sinalizando que os bebês têm peculiaridades e que esta é “uma área em que a pesquisa é tão urgente” (BRASIL, 2009a, p. 15). Os Subsídios corroboram o avanço dos Parâmetros ao indicar o bebê como uma pessoa a ser vista em sua singularidade, mas as peculiaridades dos bebês não são apontadas, sendo o bebê apenas caracterizado por uma faixa etária que “vai do nascimento até aproximadamente 18 meses” (BRASIL, 2009 a, p. 19). Ainda em 2009, o documento Indicadores de Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009c), apoiado nos Parâmetros de Qualidade, reafirma que há questões que são pertinentes aos bebês e que impactam as práticas, sendo necessário olhar para eles em suas peculiaridades. Os bebês, no entanto, continuam acompanhados das “crianças bem pequenas”, e as peculiaridades dizem respeito com o que o bebê é capaz de fazer e menos de como ele apreende o mundo. Mesmo assim, os Indicadores de Qualidade evidenciam que o trabalho coletivo com os bebês exige olhar e atenção diferenciados. O documento de orientação curricular mais recente para a Educação Infantil é a BNCC (BRASIL, 2017). Nele o termo bebê aparece uma vez. A preocupação desse documento é mais com o que o bebê é capaz de fazer, estando ausente uma discussão de quem é o bebê. Neste sentido, o novo documento não avança e passa ao largo das discussões iniciadas nos documentos anteriores (BRASIL, 2006a, 2006b, 2009a, 2009b, 2009c).